

Banco Central vai investigar

segunda-feira, 16/6/86 □ 1º caderno □ 15

comissões irregulares

São Paulo — "Esse é o passo inicial para as investigações do Banco Central", afirmou ontem o presidente do BC, Fernão Bracher, ao comentar as denúncias do JORNAL DO BRASIL de que cinco empresas estatais pagaram taxas por fora nas operações de repasse interno (releending) dos recursos externos, negociados em 1983 e 1984.

Fernão Bracher informou que o BC averiguará minuciosamente o pagamento dessas taxas, que teriam causado prejuízos ao país da ordem de 300 milhões de dólares. "O pagamento aos bancos credores de taxas por fora — conhecidas como *sweeteners*, ou seja, adocantes — em moeda estrangeira é ilegal. Porem, os pagamentos em cruzeiros, apesar de serem éticamente errados, precisam de análises porque não eram previstos em lei. Passaram a ser proibidos a partir de setembro de 1985", observou o presidente do BC, que assumiu o cargo justamente nessa época.

O valor do prejuízo causado por esse tipo de operações para o Brasil não foi confirmado pelo presidente do BC, porque Fernão Bracher não tem conhecimento dos números exatos. "O certo é que alguma coisa de errado existiu, mas não existirá mais."

Na edição do último domingo o JORNAL DO BRASIL publicou denúncias de que o Brasil perdeu 300 milhões de dólares com pagamento de taxas nas operações de releending — operações de reemprestimos que os bancos privados faziam a clientes brasileiros, utilizando-se de depósitos que tinham a seu favor no Banco Central, que abriu uma conta concentrando os pagamentos das amortizações

e dos juros da dívida externa, quando faltaram divisas em moedas fortes, em 1982.

As denúncias apontam cinco empresas que pagaram *sweeteners*: Infraero — (Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (empréstimo de 100 milhões de dólares), CESP — (Companhia Energética de São Paulo (120 milhões de dólares), Codemat — (Companhia de Desenvolvimento do Mato Grosso (13 milhões de dólares), Dersa — (Desenvolvimento Rodoviário S.A. (35 milhões de dólares) e Nuclebrás (103 milhões de dólares).

O presidente da Dersa, Luís Célio Botura, delcarou não ter conhecimento do pagamento de comissões extras para os bancos na renegociação da dívida da estatal paulista, que atinge atualmente 1 bilhão 300 milhões. Ele informou que o responsável pela dívida da Dersa é o diretor de operações financeiras, Nelson Prado Alves Pinto. Ele prometeu que hoje procurará se "inteirar do assunto para tomar as providências cabíveis".

Em Brasília, o líder do PDS na Câmara dos Deputados, Amaral Neto, considerou "uma imoralidade e um desperdício" o fato de o Brasil ter pago por fora 300 milhões de dólares em comissões irregulares para bancos estrangeiros.

Para ele, se é verdade que a maior parte deste pagamento irregular foi feito no governo Figueiredo, "é importante lembrar também que o atual governo deixou esta situação perdurar até setembro do ano passado. Na opinião do líder oposicionista, "isto é uma prova de que nada mudou. Os métodos continuam os mesmos, a imoralidade é a mesma".